



Espaço Aberto Caderno Venezolano de Sociologia
ISSN 1315-0006 / Depósito legal pp 199202ZU44
Vol. 18 No. 4 (octubre-diciembre, 2009): 677 - 693

A ambientalização dos conflitos sociais no centro-oeste brasileiro: desenvolvimento rural, violência simbólica e a conservação da natureza

Ambientalización de los conflictos sociales en el centro-oeste brasileiro: desarrollo rural, violencia simbólica y la conservación de la naturaleza

*Lorena Cândido Fleury**

*Jalcione Almeida***

Resumen

El uso y apropiación del espacio cultural y biogeográfico localizado en el Centro-Oeste brasileiro ha sido históricamente fuente de conflictos. Actualmente, nuevos agentes sociales han reclamado participación en el proceso de ocupación de este espacio, dando origen a nuevos conflictos, ahora entendidos como ambientales, que actualizan la disputa por la determinación del uso y apropiación de los elementos naturales. Desde la llegada de nuevos inmigrantes, en la década de 1970, fueron construidos sentidos atribuidos a identidades sociales que chocan con comportamientos, características y valores asociados a la población local. La contraposición entre estos dos perfiles se hace sentir, sea de forma sutil o explícita, sugiriendo ser este un aspecto que demarca la configuración de las identidades sociales y consecuentemente, de los conflictos entre las demandas, lógicas y expectativas de los agentes. En este artículo se pretende discutir la configuración del perfil de "gaúchos" e "goianos" en el Centro-Oeste, con sus enfrentamientos y acomodos históricamente construidos, y los reajustes contemporáneos asociados a la incorporación de la "cuestión ambiental" a las dinámicas locales.

Palabras clave: Conflictos ambientales, violencia simbólica, identidades sociales.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. Porto Alegre, Brasil. E-mail: lorena.fleury@ufrgs.br

** CNPq. Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. E-mail: jal@ufrgs.br

The *environmentalization* of social conflicts in the Central Western region of Brazil: rural development, symbolic violence and the conservation of nature

Abstract

Use and appropriation of the cultural space biogeographically located in the Central Western region of Brazil has historically been a source of conflict. Currently, new social agents have demanded participation in occupying that space, giving rise to new conflicts, now understood as environmental, which update the dispute by determining the way in which natural elements are used and appropriated. Since the arrival of new immigrants in the 1970s, meanings attributed to social identities have been built that clash with behaviors, characteristics, and values associated with the local population. Opposition between these two profiles is felt sometimes subtly, other times explicitly, suggesting that this aspect guides the configuration of social identities and, as a result, of the conflicts between the agents' demands, logic and expectations. The aim of this article is to discuss configuration of the profile of "*gaúchos*" and "*goianos*" in the Central Western region, with their historically constructed clashes and accommodations, and contemporary readjustments associated with incorporating the "environmental issue" into local dynamics.

Key words: Environmental conflicts, symbolic violence, social identities.

Introdução

O uso e apropriação do espaço cultural e biogeograficamente localizado no Centro-Oeste brasileiro tem sido historicamente fonte de conflitos sobre os sentidos e vocações de seus elementos naturais. Assim é que, em pouco mais de 50 anos, no período de 1940 a 1990, esta região passou no imaginário nacional de "sustentáculo de territórios indígenas" a "vazio demográfico", de "terras improdutivas" a "grande celeiro do país". Contemporaneamente, devido aos impactos sobre o meio natural decorrentes do sistema agrário voltado para a produção de *commodities*, aliados à relevância atual da questão ambiental, novos agentes sociais – tais como organizações não-governamentais de cunho ambi-

entalista, órgãos de governo voltados ao meio ambiente e instituições de pesquisa – têm reclamado participação no processo de ocupação deste espaço, dando origem a novos conflitos, agora entendidos como ambientais, que atuam na disputa pela determinação da forma de seu uso e apropriação.

Ilustrativo desse contexto é o embate entre os imigrantes provenientes da região Sul do país, localmente conhecidos como “gaúchos” e cuja ocupação do Centro-Oeste foi promovida por programas de governo voltados à tecnificação da agricultura que os consideraram como os agentes do desenvolvimento desejável para a região, e “goianos”, “mato-grossenses” e “sul-mato-grossenses”, nascidos nos estados que compõem o Centro-Oeste e aliados do processo de desenvolvimento conduzido pelo governo por serem considerados inaptos ao modelo a ser implantado. Desde a chegada desses imigrantes até os dias atuais foram sendo construídas posturas, perfis e sentidos atribuídos ao “ser gaúcho” e, em oposição, outros comportamentos, características e valores foram sendo associados à população local e identificados como um perfil dos agentes nascidos no Centro-Oeste, de forma que a contraposição entre estes dois perfis se faz sentir, ora de forma velada, ora explícita, sugerindo ser este um aspecto balizador na configuração das identidades sociais e, em decorrência, dos conflitos entre as demandas, lógicas e expectativas dos agentes.

A base empírica de pesquisa que sustenta as análises contidas neste artigo reside em entrevistas com 51 agentes atuantes no entorno de uma unidade de conservação ambiental, o Parque Nacional das Emas, situado entre os municípios de Mineiros, Chapadão do Céu e Serranópolis, em Goiás, Costa Rica, em Mato Grosso do Sul, e Alto Taquari, em Mato Grosso. Neste artigo pretende-se discutir a configuração do perfil de “gaúchos” e “goianos”¹ no Cen-

1 Os termos *gaúchos* e *goianos* são utilizados aqui não necessariamente como uma definição precisa dos estados de procedência dos agentes, mas como emblemas de sua situação social. Em todo Centro-Oeste costuma-se fazer referência aos imigrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e até mesmo São Paulo genericamente como *gaúchos*, independentemente do estado em que nasceram. Esses imigrantes, em sua maioria, se estabilizaram no Centro-Oeste como produtores de grãos. Quanto aos agentes nascidos no Centro-Oeste, localmente faz-se referência de forma distinta entre goianos, mato-grossenses e sul-mato-grossenses. Contudo, considerando-se que três dos cinco municípios incluídos nessa pesquisa se situam no estado de Goiás, e que entre os agentes pertencentes a estes três estados há uma identificação cultural e de sistemas produtivos – geralmente a pecuária extensiva – opta-se nessa pesquisa por reuni-los genericamente no termo *goianos*, fazendo-se a ressalva de que esta é uma decisão dos pesquisadores autores deste artigo e que, em deter-

tro-Oeste, com seus embates e acomodações historicamente construídos, e os reajustes contemporâneos associados à incorporação da “questão ambiental” às dinâmicas locais.

Gaúchos versus Goianos: um embate silencioso

As características atribuídas àqueles a quem se convencionou chamar de gaúchos geralmente vincula-os à noção de trabalho e de tecnologia. As histórias destes imigrantes são narradas constantemente ressaltando-se a capacidade que estes tiveram de abandonar uma situação desfavorável nos estados do Sul do Brasil e, a partir do *nada*, construir o patrimônio que exibem hoje:

Faltou espaço mesmo lá no Sul, era família grande, não conseguia viver mais sobre a terra, éramos nove irmãos. Aí apareceu esse assentamento, meu pai e o irmão dele resolveram encarar, foram pra lá, *não tinha nem cidade nem nada*, foram um dos três primeiros moradores da região de Água Boa. E aí começaram do nada. Queimou a mudança toda na estrada, nem móvel eles não tinham pra ficar, quando chegaram... Dá pra escrever um livro. (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

Neste trecho, dois aspectos principais chamam atenção. Em primeiro lugar, percebe-se que o bioma característico do Centro-Oeste, o Cerrado, aparece frequentemente como um *deserto*, um *vazio*, um lugar em que não havia *nada*. Em suma, um lugar onde não eram encontrados os objetos de referência, se apresentando como a própria não-familiaridade, aquilo que fugia ao até então conhecido. Acrescenta-se ainda a imagem de que estes gaúchos foram “chamados ao Cerrado” porque este ainda era um “lugar a se fazer”, como propagavam as políticas públicas de incentivo à sua colonização, mais consistente se torna a ideia do que até então existia como um deserto, um vazio. Nesse contexto, parece explícita a incoerência reclamada por muitos quando hoje se demanda, desses mesmos gaúchos, que se conserve o Cerrado, que se conserve o que eles acostumaram a representar como não sendo nada, algo a ser substituído.

Ainda, nota-se também que o sofrimento pelo qual passaram ao chegar ao desconhecido é recordado por todos, mesmo por aqueles que não vivenciaram esta época, sendo permeado por oposições entre o Sul – onde tinha *tudo* – e o Centro-Oeste, ainda a se fazer. As adversidades impostas pelo Cerrado, pela falta de infraestrutura, pela ausência do familiar são sempre repetidas, e a

minados contextos, poderá incluir também sujeitos provenientes dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

capacidade de superá-las se torna um mérito coletivo atribuído aos gaúchos. Braun (1999), ao estudar as representações do ambiente em comunidades de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, observou um discurso bastante semelhante, e comentou:

[...] o que foi narrado – rememorando um passado sofrido e também glorioso – era o que poderia ser dito e o que interessava dizer. Posso compreender, pois, que descrever a mata nativa como um lugar inóspito e inapropriado para os imigrantes recém-chegados, constituiu-se em uma compreensão instituída em um regime de verdade, aceito como discurso verdadeiro (Braun, 1999:71).

Assim, a mata nativa do Rio Grande do Sul parece estar para os imigrantes alemães como o Cerrado está para os imigrantes gaúchos: o ambiente como símbolo da ruptura com o familiar e contato com o desconhecido. Essa ruptura teve que ser enfrentada devido às impossibilidades de permanência em seus locais de origem, e não é coincidência a concordância entre os relatos apreendidos por Braun (1999) e as narrativas dos gaúchos no Centro-Oeste. De fato, ambos os casos se referem a uma mesma dinâmica, correntemente incorporada por herança familiar na trajetória dos agentes, como demonstra o ilustrativo relato:

[...] meu avô veio de Portugal, em 1912 ele veio para cá, com quatro anos de idade. Então a família toda é de lá, já com tradição de agricultura, e foram parar ali no estado de São Paulo. Em São Paulo migraram duas vezes e vieram trabalhar em propriedades como trabalhadores rurais. E com o desenvolvimento lá no Paraná, como seriam agora essas novas fronteiras, a nova fronteira era o Paraná, então eles foram para o norte do Paraná. E lá conseguiram adquirir terras, porque era mais barato, né? Então a gente já vem de uma tradição. Alto Taquari, que hoje está estável, tá me tocando daqui, eu já adquiri uma terra lá no Piauí. E tô indo formar lavoura lá, tirando Cerrado e plantando lavoura. Porque aqui não tem mais espaço para mim. E estou saindo de 500 hectares para 2000 hectares. Aí eu vou vender capital que adquiri aqui, empregar lá e formar uma região novamente de agricultura, como foi formada aqui. Esse processo, por isso que eu iniciei lá no meu vô, começou em Portugal. Lá em Portugal aconteceu isso, nós fomos arrastados para cá, São Paulo expulsou a gente para o Paraná, o Paraná nos expulsou para Mato Grosso, do Mato Grosso eu tô indo para o Piauí. Isso aí eu tô te falando meu exemplo, que serve para a grande maioria. (produtor rural, gaúcho, Alto Taquari).

Essa relação de transformação do ambiente natural via agricultura, e a lógica de colonização, que estimula que se esteja sempre em partida, em busca de um local onde se encontre melhores condições para prosperar, também são interpretadas como traços marcantes da “cultura do gaúcho”, que se contrapõem à forma de se relacionar com o ambiente identificada com os goianos:

[...] eles são *nômades*, então parece que eles já têm uma cultura, da Europa. Os *gaúchos* são *assim mesmo*, o desenvolvimento tecnológico deles, a educação, a forma de lidar com as coisas, então são tudo descendente de europeu, eles já vêm com esse espírito econômico muito forte, isso pra eles é o essencial. Então é como eles chegaram no sul, sobem pra cá, porque as pessoas aqui são mais tímidas, não têm esse crescimento, esse avanço grande, tecnologicamente, essa ambição, as pessoas são muito, vamos dizer assim, recatadas, ou muito... simples, não têm essa visão empresarial que eles têm. (agente de pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

A incorporação dessa dinâmica de migração, associada à busca pela prosperidade – que na agricultura é por vezes dependente da produtividade – favorece o apreço pelo que é novo, manifestado frequentemente na valorização do *futuro*, da *tecnologia* e da *evolução*. Esses elementos se tornam também emblemas desses imigrantes, que na maioria dos casos partiram porque seus locais de origem não os comportavam mais, se tornando essencial desapegar-se do passado de sofrimento e acreditar em um futuro melhor, mais próspero.

É justamente sobre esses sonhos que falam os anúncios de tecnologia agrícola. Um dos exemplos emblemáticos é um calendário, coletado durante a pesquisa de campo, que a cada mês traz provérbios enaltecendo a esperança no futuro, sendo um deles “*Cure o passado, viva o presente, sonhe o futuro*”.

E a cura desse passado, no caso dos gaúchos, se dá pelo trabalho, que se transforma tanto em um valor e um *ethos*, no sentido de um conjunto de princípios interiorizados que guia suas condutas, quanto em um ícone destes gaúchos em relação aos outros grupos. Em contrapartida, a representação sobre os goianos, construída como o reverso da representação dos gaúchos, os assimila a um povo preguiçoso e acomodado.

Assim, o discurso dos gaúchos aparece recheado por elogios ao trabalho, ainda que penoso: “[...] porque o ser humano, eu acho que o trabalho é que dignifica ele. O trabalho, o desafio, as dificuldades...”. (produtor rural, gaúcho, Mineiros); e “[...] o sofrimento que eu tive eu não desejo a ninguém. Mas eu não dispensei trabalho. Tem que sofrer pra dar valor à vida.” (produtor rural, gaúcho, Mineiros). Já quando a referência é feita aos goianos é destacada uma indolência que estes apresentariam:

Os goianos não trabalham de *preguiça*, *goiano não gosta de trabalhar não*. Você vai na fazenda de um gaúcho, e vai na fazenda de um goiano. Eu tenho um tio que é gaúcho. A fazenda do povo daqui é uma lambança, Deus me perdoe! Na fazenda do meu tio, ele lavava as máquinas, o quadro de ferramentas dele, tudo limpinho, impecável, organizado por tamanho, por série, por tudo. Você vê, a fazenda desses gaúchos, a organização, é muito organizada, até nos mínimos detalhes. *Até por isso que não tem tanta mistura assim*. (representante do poder público, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

[...] eles são um povo trabalhador e muito doido, eles chegaram não tinham nada. *Pelos goianos, viviam de mandioca e peixe*. Outro dia anunciaram um cargo numa fábrica, tinha 100 vagas, porque demitiram os goianos, porque não gostam de trabalhar puxado, não. É o ritmo de trabalho deles, não aguentam trabalhar durante a noite, eles acham que tão explorando. E os funcionários que os gaúchos têm, eles mantêm por muitos anos. Porque eles trabalham igual uns loucos e querem que você trabalhe também. (representante do poder público, paulista, Mineiros, grifos dos autores).

Essa configuração da imagem do gaúcho fundamentada nos valores de *trabalho* e *dinamismo*, em oposição à *preguiça* e *estagnação* do goiano, por vezes se aproxima do que Max Weber analisa em seu estudo *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo* (Weber, 2004: 53-4). Ao discutir "a emergência de um modo de ver" que inverte a ordem até então tida como "natural", ao colocar "o ser humano em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer as suas necessidades materiais", Weber aponta elementos constitutivos daquilo que considera o "tipo ideal" do empresário capitalista, e as implicações do enfrentamento dessa ordem com a anterior, pré-capitalista.

No contexto do Centro-Oeste, os gaúchos imigrantes foram eleitos como os agentes do desenvolvimento desejado para a região, desenvolvimento este de cunho capitalista: a agricultura a ser implantada, atendendo aos princípios da Revolução Verde, deveria ser uma agricultura capaz de corresponder aos objetivos urbano-industriais de desenvolvimento via adoção dos pacotes tecnológicos. Portanto, os gaúchos selecionados para este fim foram aqueles que atendiam e se identificavam com o perfil deste "tipo ideal" analisado por Weber.

Os atributos-chave desse perfil são a contínua motivação pela prosperidade, "que jamais lhes permite se satisfazerem com o que têm", a ausência de preocupações com uma aparência refinada ou despesas inúteis, comportando "quase sempre certo lance ascético", e um "racionalismo econômico" que tem como expressão principal o aumento da "produtividade do trabalho que, pela estruturação do processo produtivo a partir de pontos de vista *científicos*, visa eliminar sua dependência dos limites 'fisiológicos' impostos pela natureza" (Weber, 2004:63-7, grifo no original). Todos estes aspectos podem ser observados no que se poderia chamar de "tipo ideal" de produtor rural gaúcho no Centro-Oeste, e, portanto, também no entorno do Parque Nacional das Emas (PNE), sendo inclusive esses elementos enunciados nas entrevistas.

É, portanto, associado a essa simbologia de povo trabalhador, dinâmico, que não mede esforços para atingir a prosperidade, que os gaúchos se estabelecem no Centro-Oeste. À população local, identificada com hábitos distintos daqueles então valorizados, coube o papel de um anfitrião prestativo: enquanto o "povo gaúcho" é *trabalhador*, o "povo goiano" é apresentado como *hospitaleiro*.

Olha, a gente sempre procurou respeitar, né? O povo aqui é bastante respeitador, quando você também não pisa no calo deles. Porque eles aqui têm uma tradição, *tradição, não, têm um sistema, tradição é o gaúcho que tem uma tradição, né, mas, eles são hospitaleiros aqui*. (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

Gaúcho e goiano combina demais! É o que eu falo, o povo goiano é muito bom de lidar com ele. É um povo amigo demais da conta, é um povo que convive muito bem uns com os outros, povo muito *servidor*, povo bom mesmo. E gaúcho, o povo gaúcho é muito *trabalhador*, é um povo também bom de lidar. Eu, pelo menos, pelo que eu conheço, é um povo muito bom de lidar, então todo lugar que a gente vai, pode ter as famílias Carrijo, Rezende, mas você sempre vai encontrar um gaúcho no meio. E que se dá bem com todo mundo; claro, se encontrar um punhado de gaúcho eles vão conversar, vão bater-papo, relembrar a história deles, que é muito diferente da nossa, mas isso faz parte também, né? Tanto é que tem um CTG [*Centro de Tradições Gaúchas*] aí, mas é uma coisa bonita (...). E é muito bom, é uma convivência muito boa sim, é um povo que veio pra cá e *nós nunca rejeitamos eles, que a gente sabe, a gente precisa, que eles nos ensinem a agricultura*, e a pecuária também a gente tá aprendendo muito, mas a agricultura eles dão de dez, né? *É um povo pioneiro, muito inteligente, trabalhador*, né? (produtor rural, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

Nota-se, portanto, que essa “complementaridade de papéis” é assimilada por todos, gaúchos e goianos, possivelmente muito em função do peso da imagem de desenvolvimento, à qual pouco se contesta. Assim, devido ao contexto histórico que os trouxe ao Centro-Oeste imbuídos da capacidade de trazerem consigo o desenvolvimento, pode-se sugerir que foi designado aos gaúchos um *poder simbólico*, nos moldes do que discute Bourdieu (2004:07), sendo este o “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Este poder simbólico, de acordo com Bourdieu (2004:07-14), é um poder de construção da realidade e tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, isto é, de *conhecimento do sentido imediato do mundo*, a partir de uma concepção homogênea do tempo, do espaço, e particularmente do mundo social. Para que seja exercido, depende do compartilhamento de *sistemas simbólicos* que atuam como instrumentos de comunicação entre os grupos e que, enquanto tal, cumprem a “sua posição política de instrumentos de imposição ou de legitimação de uma dominação”. Assim, contribuem para assegurar a dominação de um grupo ou classe sobre outro, configurando, nas palavras de Bourdieu (2004:11), um processo de *violência simbólica*.

Transposto ao contexto do entorno do PNE, pode-se inferir que o processo de dominação legitimado através do compartilhamento de um sistema simbólico é a priorização do modo de “apropriação gaúcha” do ambiente sobre o

modo de apropriação local, de forma que o primeiro passa a ser enxergado como positivo e sinônimo de desenvolvimento, enquanto o segundo é, quase que de forma consensual, representado pejorativamente, como nos trechos:

Ah, com a chegada dos gaúchos houve uma mudança muito grande. Muito profunda. Mesmo cultural. *Porque a cultura antiga ainda era muito arcaica. Obsoleta mesmo, ultrapassada.* Aí com isso veio renovando, eu acho que desenvolveu muito. (produtor rural, goiano, Serranópolis, grifos dos autores).

Começou a vir os gaúchos e começaram a nos ensinar, *porque realmente foram eles que nos ensinaram a trabalhar, né?* E hoje você vê a diferença da agricultura, medonha, o tanto que produz, a tecnologia que existe, mudou muito, né? Só que nessas coisas boas eu não entrei ainda, né? Quem sabe, mas eu ainda... Mas foi uma mudança e tanto, *revolucionou muito, graças a Deus, né?* (produtor rural, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

Tais trechos condizem com o que aponta Bourdieu (2004:14) ao afirmar que o poder simbólico como “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo” só se exerce se for reconhecido, se definindo em uma relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe são sujeitos. Nesse sentido, a violência simbólica a que se refere impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de conceber ao dominante na medida em que não dispõe, para o pensar e para *se pensar*, senão de instrumentos de conhecimento que tem em comum com ele e que não são senão a forma incorporada da relação de dominação. Sobre isso, esclarece:

Todo poder comporta uma dimensão simbólica: ele deve obter dos dominados uma forma de adesão que não repousa sobre a decisão deliberada de uma consciência esclarecida, mas sobre a submissão imediata e pré-reflexiva de corpos socializados. Os dominados aplicam a todas as coisas do mundo, e, em particular, às relações de poder nas quais estão enredados, às pessoas através das quais essas relações se realizam, portanto também a si mesmos, esquemas de pensamento impensados, os quais – sendo o produto da incorporação dessas relações de poder sob a forma transformada de um conjunto de pares de oposição (alto/baixo, grande/pequeno, etc.) funcionando como categorias de percepção – constroem essas relações de poder do ponto de vista próprio daqueles que aí afirmam a sua dominação, fazendo-as parecer como naturais. Assim, por exemplo, cada vez que um dominado emprega para se julgar uma das categorias constitutivas da taxonomia dominante (por exemplo, brilhante/esforçado, distinto/vulgar, único/comum), ele aplica a si mesmo, sem o saber, o ponto de vista dominante, adotando, de algum modo, para se avaliar, a lógica do preconceito desfavorável (Bourdieu, 1995:142).

Tal análise parece se aplicar de forma bastante apropriada à incorporação, pelos próprios goianos, das oposições entre trabalhador/preguiçoso, pioneiro/hospitaleiro, e, também perpassando essas classificações, moderno/atrasado, ao se compararem aos gaúchos, atribuindo aos imigrantes sempre os polos considerados positivos das associações. No entanto, a assimilação do discurso dominante não exclui a presença de conflitos, apenas tornando-os mais velados. De fato, o goiano, como ícone do tradicionalismo entendido como “o ser humano que não quer ‘por natureza’ ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver do modo como está habituado a viver e ganhar o necessário para tanto” (Weber, 2004:53), pode em certas circunstâncias se tornar um ponto de embate e resistência ante a expansão da lógica da agricultura tecnificada.

Então eles vêm com os valores deles, querem mudar, transformar todo o contexto local. Então hoje eu sinto que ainda existe um conflito de ideais, da população local contra as pessoas que vêm do sul, os gaúchos. Porque, vira e mexe você ouve falar “ah, os gaúchos, esse pessoal”, então tem um certo... É recíproco isso, tanto os gaúchos chamam o pessoal daqui de preguiçoso, que não querem fazer nada, quanto os daqui falam que esse pessoal faz tudo pra plantar soja, querem crescimento a qualquer custo. Então não tem, os valores são outros. Tem o embate, e é natural. É que nem você tá na sua casa e chega alguém querendo que você mude o seu ritmo de vida, sua forma de pensar, sua cultura. (agente de pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Mineiros).

Nota-se ainda que essa resistência, continuamente manifestada mesmo que muitas vezes de forma silenciosa, contemporaneamente tem adquirido novos contornos, revestidos de proteção ambiental:

[...] isso é um estilo que... literalmente é uma coisa que “ah, a gente tá desenvolvendo, crescendo a região”, coisa nenhuma! Eu acho que não, isso não existe. Está desenvolvendo o lado pessoal deles. Os valores são outros. *Se você acha melhor plantar soja, eu acho melhor entrar no mato e catar pequi!* [...] é um atropelo, e o atropelo gera um monte de problemas sociais e ambientais. (agente de pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

[...] antes Chapadão do Céu era mais um redutozinho do pessoal do sul, com alguns goianos que iam para trabalhar para eles. Agora, a agricultura está ali, não tem como sair dali e talvez não seja desejável agora que ela saia dali, então tem que conviver com isso. Então, que se conviva bem com a produção, mas respeitando a conservação, inclusive respeitando as leis da conservação. Isso inclui a área de amortecimento no entorno do parque, área de reserva legal, etc. (agente de pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Belo Horizonte).

Percebe-se, portanto, que a disputa pela apropriação técnica, cultural e social do ambiente associa-se à relevância do vínculo afetivo com o Cerrado – característica dos goianos como um dos elementos centrais na representação favorável à conservação (Fleury, 2008) –, de forma que a conservação ambiental do Cerrado adquire mais uma função: a de imposição de limites e demarcação de diferenças à “apropriação gaúcha” do Centro-Oeste, que se dá mediante a agricultura tecnificada. Esta associação reforça a polarização agricultura/conservação no entorno do PNE, que se explicita na deflagração de conflitos ambientais que avançam à esfera jurídica e disputas em torno das normas instituídas no Plano de Manejo da unidade de conservação.

O processo de ambientalização dos conflitos sociais: a conservação como centro das disputas

A partir do exposto sobre o embate entre gaúchos e goianos no Centro-Oeste, percebe-se que no entorno do PNE a apropriação do ambiente e a definição de seus usos e vocações se constituem em elementos de conflito entre grupos sociais desde antes da proeminência do meio ambiente como um assunto de controvérsia pública. No entanto, a partir do momento em que a conservação ambiental recebe destaque e passa a ser assumida por determinados grupos como prioridade, tais embates assumem novos contornos, agora explicitamente ambientais, reconfigurando o contexto conflitivo. Recentemente, uma clara demonstração deste processo tem sido o litígio em torno da proposta de implementação de uma Zona de Amortecimento, que restringiria o uso do solo em uma faixa de 2 a 10 km contígua ao Parque. Essa medida tem sido rechaçada pelos produtores rurais do entorno, que consideram que, caso adotada, tornaria inviável a manutenção da prática agrícola em suas propriedades. A partir desse impasse, iniciou-se um longo e conflituoso processo de discussão, transcendendo os limites entre o Parque e as propriedades rurais para mobilizar os escritórios centrais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama, em Brasília, e as esferas judiciais.

Uma diversidade de grupos sociais e de interesses em jogo evidencia-se, sobretudo, após a revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação (PNE), e a subsequente proposta de implementação da Zona de Amortecimento no entorno do Parque. Observa-se, portanto, uma situação na qual representantes do poder público, produtores rurais, agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente e populações tradicionais, cada qual com suas respectivas lógicas, olhares e interesses, convivem, definem e disputam os rumos de um espaço que, apesar de pertencer a todos, transcende a cada um.

A partir dos discursos percebe-se que o campo representacional da conservação ambiental é de maneira geral dividido, formulando-se dois “tipos de

conservação”: a conservação presente no discurso “oficial”, que se refere à importância da proteção da *natureza*, do meio ambiente, da água, cujos princípios todos dizem compartilhar, e a conservação presente na “vida real”, que se refere à transposição e aplicação dos ideais que se atribuem à conservação para o contexto local e o dia-a-dia. Essa separação pode ser observada na fala de representantes de todos os grupos sociais estudados, como demonstrado nos trechos de entrevistas a seguir:

[A conservação] seria a salvação se todos fizessem. Mas, meio ambiente, eu vou falar pra você, tem muito oba-oba. (representante do poder público, Serranópolis, grifo dos autores).

Se *ela for*, assim, no *sentido puro* da palavra, eu vejo salvação da humanidade. No sentido puro da palavra! (produtor rural, Mineiros, grifos dos autores).

Eu mesmo me sentia *frustrado*, ainda me sinto, porque é uma coisa que... eu que trabalho com planejamento de paisagem, vejo hoje, “ah, tem 500 mil ha de vegetação natural”, vejo ano que vem, “ah, esse ano tem 350”, e no outro ano... e aí? O que eu vou ficar fazendo além de monitorando isso, sentado? E as grandes ONGs veem isso, gastam enorme grana, monte de dinheiro mesmo e, assistindo, é simplesmente assistindo. (pesquisa e defesa do meio ambiente, Mineiros, grifo dos autores).

Tenho pra mim que é muito importante... *num sei* é se o parque *tem que ser* daquele tamanho, né? (população tradicional, Mineiros, grifos dos autores).

As oposições entre o que poderia ser e o que é, indicadas pela presença de expressões como *seria*, *se for*, e *não sei se tem que ser*, por exemplo, assim como a ideia de *sentido puro* e *frustração*, denotam o afastamento, na concepção dos entrevistados, do que se supõe ser e a se prestar a conservação daquilo que observam no cotidiano. Percebe-se também que, ainda que haja alguns elementos consensuais na formulação do “tipo ideal” de conservação, é na interpretação da conservação do dia-a-dia que aparecem as diferenças no conteúdo dos campos representacionais de cada grupo.

Dentre os representantes do poder público, nota-se que a conservação é entendida, essencialmente, como uma *política*, muitas vezes ineficaz. Frases como “é pautada em algumas iniciativas bem-sucedidas, mas não é uma política bem-sucedida” (representante do poder público, PNE); e “é muito mais um jogo de se dizer que faz preservação do que realmente fazer preservação” (representante do poder público, Chapadão do Céu), ilustram bem essa posição.

A conservação, e os agentes que lhe fazem uso, aparecem, portanto, como elementos que dificultam o contexto local com restrições normativas sem sentido. Em resumo, há uma descrença quanto aos compromissos da

conservação, de forma que a imagem que parece sintetizar o que o grupo de representantes do poder público apresenta sobre a conservação pode ser expressa na frase: “é muita conversa e pouca ação”, dita por um entrevistado pertencente a este grupo em Alto Taquari – MT.

Já quando se analisa o campo representacional aparente nos discursos dos agentes do grupo de produtores rurais, o primeiro aspecto a se destacar é a nítida separação no interior deste grupo entre aqueles nascidos nos estados do Centro-Oeste (*goianos*), geralmente identificados com a pecuária extensiva, e os agentes provenientes dos estados do Sul do Brasil (*gaúchos*), envolvidos na produção de grãos. Para os primeiros, a conservação associa-se à degradação do Cerrado e à necessidade de sua manutenção. Essa relação entre a identificação com o local e certa inclinação à conservação como um cuidado não aparece entre os gaúchos, que, ao contrário, vieram para o Centro-Oeste enxergando Cerrado como

[...] uma vegetação que todo mundo via inútil, sem, vamos dizer assim, sem significado para o meio ambiente. A gente sabe hoje que não é isso, mas é uma forma de entender, porque viemos de lugares que só tinha árvore grande e mata realmente, e muitos animais. Numa região em que você não tem praticamente vegetação, só tem vegetação rasteira, você diz que aquilo num prestava, né? (produtor rural, gaúcho, Alto Taquari).

Para estes, portanto, as demandas contemporâneas em relação à conservação são interpretadas em suas relações às técnicas agrícolas (essencialmente conservação de solo, como curva de nível, plantio direto, entre outros) e, sobretudo, através de representações sobre a conservação como uma *disputa de interesses*, maquiada pelos princípios da proteção à natureza:

Esse negócio que você escuta muito de “ah, tá desmatando, destruindo a natureza”, *isso é político*, tem muita área pra abrir, tem muito, muito. (...) Você vê que é um objetivo assim, vamos diminuir a produção deles aqui, você vê que *isso é coisa de americano*, quando você vê isso é pressão de fora pra nós diminuir a produção aqui. Pelo tanto de gente que vem nesse parque, você vê que é muito mais gente de fora do país do que daqui, você vê que tá claro isso. (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

Não é à toa que vem muita gente de fora do país fazer estudo dentro do parque. Eu acho que ele tem um potencial de..., eu acho que até o subsolo do Cerrado deve ser muito rico, porque *esses americanos*, esse pessoal não vem fazer estudo à toa aí, *não é por causa de bicho porcaria nenhuma*, e, então, por isso que nunca tem resultado de estudo nenhum. Petróleo deve ter muito, porque é uma região muito antiga aí também, sei lá (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

A conservação aparece então como símbolo dos interesses estrangeiros, sendo representada deslocada de seu referencial próprio, visto que, de acordo com o que afirmam os entrevistados, os objetivos apresentados como centrais da conservação (redução da destruição da natureza e pesquisas sobre a fauna, respectivamente nos trechos citados) não justificariam os investimentos aplicados.

Esta transformação dos princípios da conservação em artifícios empregados pelos estrangeiros em prol de outras disputas, essencialmente agrícolas (cabe reforçar que a soja norte-americana rivaliza no mercado de *commodities* com a soja brasileira) sugere que, dentre esses agentes, a conservação converte-se em um emblema do adversário que é preciso combater.

Entre os agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente a conservação é entendida essencialmente como uma questão *afetiva*, que envolve valores éticos e de identificação. Quanto às imagens que compõem o campo representacional deste grupo, destaca-se que convergem em torno da noção do ambiente natural como uma *joia*, um *tesouro*, simbolizando a ideia de algo tão precioso quanto escasso:

Eu acho que [o Cerrado] é um *tesouro*, que corre perigo, que *poucos sabem a beleza*... E mesmo que a gente esteja convivendo com ele, muitas vezes a gente não sabe que é um tesouro, não sabe o valor dele, impossível mensurar isso, *as pessoas não conseguem*, e é um tesouro que está ameaçadíssimo, ainda que algumas pessoas vejam isso, ainda é muito pouco para a ameaça que ele vem sofrendo. (pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE, grifos dos autores).

Nestes casos, nota-se também que a associação com um bem valioso vem acompanhada da ideia de que poucos conhecem, ou sabem reconhecer, o valor desse bem. Esse paralelo pode colocar aqueles que o identificam como precioso em uma posição privilegiada em relação aos demais, visto que, por estarem entre os poucos que sabem notar a riqueza e o valor que o Cerrado possui, estariam mais aptos a compreender sua importância e definir as melhores formas de utilizá-lo.

Para as populações locais (no caso a Comunidade Quilombola do Cedro), a conservação parece ser representada como *necessidade e resposta às mudanças* ocorridas recentemente. Neste grupo, portanto, nota-se também a identificação com o Cerrado, que conduz a uma inclinação aos cuidados de conservação, visto que a conservação pode ser a possibilidade de manutenção do que apesar das mudanças das últimas décadas ainda existe deste bioma. No entanto, quando se associa a conservação ao PNE, algumas ressalvas são feitas, apesar de ser enfatizada a importância da manutenção da unidade de conservação:

Eu acho o parque importante porque se você for lá, você vai ver natureza, você vai ver animais, você vai ver água (...). Tenho pra mim que é muito importante... num sei se tem que ser daquele tamanho, né? Mas que é importante, é sim. Porque aqui nessa região você via [veado] mateiro, você via [tamanuá] bandeira, você via tatu. Mas, eu falo assim, eu falo pelo tamanho porque aquilo ali é muito grande, enorme. Eu acho que podia ter gente ali utilizando, mas sem estragar aquilo, né? (população tradicional, Mineiros).

Portanto, para a população local que mantém fortes vínculos de uso e identificação com o Cerrado, a conservação ambiental como uma resposta à degradação decorrente das mudanças de sistema produtivo e da chegada da “modernidade” aparece como uma necessidade a ser defendida. Contudo, a forma de implementação dessa conservação, alijando as populações humanas, é criticada, sugerindo também seu caráter excludente.

Em suma, pode-se inferir que o litígio acerca da Zona de Amortecimento é essencialmente uma disputa por uma verdade, em que os argumentos são mobilizados fazendo-se referências a ideias e elementos do senso comum (como “produção de alimentos para o país” ou “manutenção da vida na terra”), observando-se o que Acselrad (2004: 19) considerou como “uma busca pela universalização de causas parcelares através de valores compartilháveis que tornam os atos justificáveis”. Esse impasse simbólico – o conhecimento de que grupo social é mais verdadeiro, mais importante – cristaliza-se então no impasse acerca da implementação da Zona de Amortecimento.

De tudo o que é tratado neste tópico, percebe-se uma configuração conflitiva próxima daquilo que Leite Lopes (2006) designa como *ambientalização dos conflitos sociais*. O termo “ambientalização” é explicado como um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo, como “industrialização” ou “proletarização”.

O sufixo comum a esses termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, segundo o autor, no caso da “ambientalização”, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”. Essa incorporação e naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial (Lopes, 2006:35), tal como percebido no contexto das disputas no entorno do PNE.

Considerações finais

A análise sugere que o despontamento da questão ambiental como vivência coletiva no meio rural no Centro-Oeste brasileiro resulta em uma recon-

figuração das dinâmicas locais, no sentido de redistribuir forças e poderes na disputa pela apropriação técnica, cultural e social do meio natural. Dessa forma, o conflito ambiental atualmente observado pode ser entendido como uma atualização das disputas em questão, manifestada já há várias décadas no embate entre *gaúchos* e *goianos*, e atualmente explicitada a partir do litígio acerca da Zona de Amortecimento no entorno do Parque Nacional das Emas. Entende-se, portanto, que o litígio é uma disputa material e simbólica pela valorização de uma forma de ver, entender e se apropriar do espaço comum. Sendo assim, configura uma disputa por sentidos culturais, pautada não apenas pelos interesses objetivos, mas também pelos significados que os distintos grupos sociais projetam para o entorno do PNE e para a construção comum do mundo ao seu redor.

O argumento central apresentado é que o embate deflagrado a partir do impasse acerca da Zona de Amortecimento no entorno do Parque Nacional das Emas é a cristalização de um conflito entre produtores rurais e agentes vinculados à pesquisa e defesa do meio ambiente sobre a apropriação técnica, social e cultural do Cerrado. No cerne deste conflito estão as representações sociais sobre *conservação*, associadas às percepções sobre *agricultura* e *desenvolvimento* pelos grupos envolvidos, estas implicando em diferentes, por vezes antagônicos, significados e expectativas para o espaço comum.

A partir desse argumento, propõe-se que as divergências nas representações sociais, que trazem o traço das trajetórias dos sujeitos, implicam em uma diversidade de formas de conhecer o Cerrado, ou seja, em distintos conhecimentos, e é a legitimação de qual conhecimento é “mais verdadeiro” que está em disputa na Zona de Amortecimento. Ainda, tais conhecimentos respondem a finalidades diversas: no contexto estudado, deve-se decidir se a finalidade do espaço do entorno do PNE é a conservação ambiental ou a produção agrícola direcionada ao mercado externo. Por extensão, e metonimicamente, esse debate se amplia para as áreas de Cerrado como um todo, sendo, portanto, *uma questão de desenvolvimento rural*.

A resolução dos embates entre os distintos conhecimentos articula arenas locais e nacionais, no sentido de que tanto são influenciadas por valores e expectativas que transcendem os contextos regionais (como os ideários de *progresso*, característicos de meados do século XX e, mais contemporaneamente, de *sustentabilidade*), quanto rebatem em decisões no âmbito nacional, como no caso da repercussão desse litígio sobre as demais Zonas de Amortecimento do país.

Longe da pretensão de apontar um caminho a ser adotado para a resolução do conflito aqui analisado – função que cabe às instâncias responsáveis – pretende-se com esta reflexão questionar a perspectiva de desenvolvimento rural até então adotada, que como padrão priorizou o “olhar estrangeiro” sobre

o Cerrado. Questiona-se também a finalidade atribuída (produção agrícola para o mercado externo), as técnicas empreendidas (oriundas da Revolução Verde), os agentes do desenvolvimento selecionados (imigrantes “gaúchos”) e, também, os limites da contemporânea tentativa de transição de paradigma – da produtividade à sustentabilidade – como uma transição de enfoque, do olhar estrangeiro ao olhar local.

Referências

- ACSELRAD, H. (org.). (2004) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll. 294p.
- BOURDIEU, P. (1995) A dominação masculina. **Educação & Realidade**. 20 (2):133-184. jul./dez.
- BOURDIEU, P. (2004) **O poder simbólico**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 322 p.
- BRAUN, M.C. (1999) **Do vale das matas nativas ao vale do progresso**. Um estudo sobre as representações de ambiente em comunidades de imigrantes alemães. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 202 f.
- WEBER, M. (2004) **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 336 p.
- FLEURY, L.C. (2008) **Cerrado para ser o quê?** Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 210 f.
- LOPES, J.S. L. (2006) Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun.